

TELAS TELAR
PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armino Eltz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM – RS**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023

Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, empresa brasileira, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.009.459/0001-11, estabelecida na cidade de Campo Bom, na Travessa Armino Eltz, 945, bairro Quatro Colônias, neste ato representado por sua sócia **FERNANDA FLESCHE TORRES**, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar, tempestivamente,

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pelas empresas **IBA Indústria de Acessórios para Galvanoplastia Ltda, 3P Projetos Ltda e J&S Fabricação de Artefatos de Metal Ltda**, com base nas razões a seguir expostas:

Requerem, em síntese, os recorrentes, a sua habilitação na Concorrência Pública nº 01/2023, pelos motivos abaixo descritos, os quais não merecem prosperar, pelos argumentos expostos na presente peça, devendo ser mantida a decisão desta Comissão de inabilitação das mesmas (Ata julgamento da fase habilitação).

1 – Do recurso apresentado pela empresa IBA Indústria de Acessórios para Galvanoplastia Ltda:

A recorrente **IBA Indústria de Acessórios para Galvanoplastia Ltda** foi inabilitada por esta Comissão por ter apresentado Certificado Regularidade FGTS vencido (21/02/2023), e pelo não atendimento aos itens 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3, 4.3.2.1, 4.3.2.1.1 e 4.3.2.1.2.

Em recurso, a empresa recorrente informou que as declarações foram apresentadas, porém em envelope incorreto, e de que atendeu aos itens supra referidos, nada se manifestando sobre a certidão vencida do FGTS, apresentando uma nova, com data emissão posterior ao da data da abertura do certame.



TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armino Eltz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

Vem a empresa peticionária, Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, informar que argumentos apresentados pela recorrente não merecem prosperar, pois estão equivocadas e não estão de acordo com a documentação juntada quando da habilitação, senão vejamos:

A empresa recorrente é confessa de que entregou as declarações em envelopes incorretos. Ademais, o art. 43 incisos I, II e III da Lei 8.666/93 são claros quanto a abertura dos envelopes, v.g.:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

(...)"

Nesta mesma esteira, a lei de licitações é bastante clara quanto aos procedimentos em cada fase do processo licitatório e somente passa-se à abertura das propostas depois da fase de habilitação.

A doutrina também segue nessa linha. Marçal Justen Filho diz o seguinte:

"Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta." (Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, Editora Aide, 4ª edição, 1995, p. 272).

A consultoria Zênite adota o mesmo entendimento:

Conclui-se, assim, que não há possibilidade de a comissão de licitação habilitar, mesmo sob condição, licitante que, por qualquer motivo, deixar de apresentar dentro do envelope respectivo documentação exigida no ato convocatório da licitação. O descumprimento das exigências do edital, no tocante à troca ou inversão de documentos, implicará a sua inabilitação.

Jessé Torres Pereira Júnior vai pelo mesmo caminho:

"No caso do processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes. Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou a desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com a exigência do edital. Daí a Comissão

TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armindo Eltz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

ou a autoridade superior sujeitar-se a recurso interponível pelo licitante que considerar abusiva a realização de diligência que abra oportunidade indevida a outro concorrente". (Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 3ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1995, p. 271.)

Outra obra que se pode citar é 'Licitação e Contrato Administrativo', 2ª edição, p. 252, de Luís Carlos Alcoforado:

A abertura antecipada da documentação e das propostas ou a revelação do seu conteúdo fora das oportunidades regulamentares ou fixadas pelo órgão julgador constitui violação do sigilo necessário, punível como crime pelo art. 94 da Lei 8.666, de 1993, e no âmbito administrativo ou na esfera judicial civil, dará ensejo à anulação do procedimento licitatório ou de seu julgamento.

'Se houver inversão ou concomitância na abertura dos envelopes documentação e propostas, a licitação torna-se passível de invalidação, pois a habilitação dos licitantes há que anteceder, necessariamente, o julgamento de suas ofertas.'

Inclusive este é o entendimento do TCU, no Acórdão 395/1994-P, o licitante havia invertido os envelopes. A CPL abriu a proposta achando que era habilitação e inabilitou a empresa, sendo que o TCU entendeu que foi efetuado o procedimento correto.

Ainda em recurso a recorrente juntou documentos, tais como índices que deveriam ter apresentado nas declarações, já atacadas pelo ora peticionário, assim, estando confesso de que não entregou as declarações e nem apresentou os índices requisitados em edital, não merece prosperar as alegações da empresa recorrente. Nesta mesma banda, o § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93 estabelece que o pregoeiro, a comissão de licitação e/ou autoridade superior pode promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta** - grifo nosso.

Por fim, por não ter apresentado as declarações, a empresa recorrente não fez menção de ser ME ou EPP, logo, não pode valer-se do que preconiza a LC 123/06, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Finalmente, apresentou no julgamento da habilitação a certidão do FGTS vencida (dia 21/02/2023) e a data da abertura se deu em 22/02/2023, logo e por consequência, e também por este motivo, resta inabilitada a empresa recorrente IBA Indústria de Acessórios para Galvanoplastia Ltda.

2 – Do recurso apresentado pela empresa 3P Projetos Ltda:

Conforme exposto no recurso interposto pela empresa 3P Projetos Ltda, a mesma apresentou prints de mensagens com Sr. Airton do Desenvolvimento Econômico e Turismo como alegações de sua peça, alegando



TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armindo Eltz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

assim estar de acordo com a exigência a qual havia sido inabilitada (item 4.3.2.1 e 4.3.2.1.1).

Em que pese os argumentos dispendidos, não merece prosperar o recurso interposto, pois o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado deveriam ser apresentados para atender o item 4.3.2, *in verbis*:

"4.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;"

Já a situação financeira do licitante deveria atender o que preconiza o item 4.3.2.1 do edital, que assim refere:

"4.3.2.1 A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

4.3.2.1.1 Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Os valores mínimos para tais indicadores são:

LG > ou = 1,00 (um inteiro)

LC > ou = 1,00 (um inteiro)

ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

Ou

4.3.2.1.2. Pela Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor do lote em disputa de maior avaliação. (item 03: lotes 6,7 e 8 – avaliados em R\$ 1.794.000,00)

Verifica-se pelo transcrito acima de acordo com o edital em comento, o item 4.3.2.1, a verificação da situação financeira dos licitantes será avaliada por uma das seguintes formas, qual seja, pelas fórmulas $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ e $LC = (AC / PC)$ e $ET = (PC + ELP) / (AT)$ ou comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor do lote em disputa de maior avaliação.



TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armino Eltz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

Verifica-se que o recorrente tenta aduzir esta Comissão que pelo Balanço deveria estar habilitado no certame, mas como bem preconizou a Ata de julgamento de fase habilitação, o mesmo não atendeu ao item 4.3.2.1 e 4.3.2.1.1.

Nesta mesma esteira, constata-se e foi grifado pela Administração no edital, que o item 4.3.2.1, a verificação da situação financeira será averiguada por uma das seguintes formas, e está separado esta informação **pela conjunção “ou”**, que indica alternativa ou opcionalidade, indica consequência derivada da irrealização de algo, indica a confirmação de um enunciado anterior e indica explicação ou paráfrase do que foi enunciado anteriormente.

Ademais, e nesta mesma banda, se for aceito o argumento da recorrente, o capital social da mesma é de R\$ 21.000,00, pois o balanço patrimonial serve para atender o item 4.3.2 do edital.

Analisando ainda documentação apresentada pela recorrente 3P Projetos Ltda, verifica-se que não foi juntada o Termo de Autenticação do Livro Digital e o recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital, estando assim incompleto a regularidade econômica-financeira da licitante, não atendendo assim o que determina o item 4.3.2 do edital em comento.

Logo, a recorrente não atendeu o que determina o edital nos itens 4.3.2.1 e 4.3.2.1.1, estando correta a inabilitação efetuada por esta CPL, além do item 4.3.2 do edital CP 001/2023.

3 – Do recurso apresentado pela empresa J&S Fabricação de Artefatos de Metal Ltda:

Por fim, vamos nos reportar ao recurso apresentado pela empresa J&S Fabricação de Artefatos de Metal Ltda.

A recorrente J&S Fabricação de Artefatos de Metal Ltda foi inabilitada por esta Comissão por não ter atendido aos itens 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3, 4.3.2.1, 4.3.2.1.1 e 4.3.2.1.2.

Em recurso, a empresa recorrente informou que as declarações foram apresentadas, porém em envelope incorreto, e de que atendeu aos itens supra referidos.

Vem a empresa peticionária, Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, informar que argumentos apresentados pela recorrente não merecem prosperar, pois estão equivocadas e não estão de acordo com a documentação juntada quando da habilitação, senão vejamos:

A empresa recorrente é confessa de que entregou as declarações em envelopes incorretos. Ademais, o art. 43 incisos I, II e III da Lei 8.666/93 são claros quanto a abertura dos envelopes, v.g.:

TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armino Eitz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;
 - II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
 - III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- (...)"

Nesta mesma esteira, a lei de licitações é bastante clara quanto aos procedimentos em cada fase do processo licitatório e somente passa-se à abertura das propostas depois da fase de habilitação.

A doutrina também segue nessa linha. Marçal Justen Filho diz o seguinte:

"Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta." (Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, Editora Aide, 4ª edição, 1995, p. 272).

A consultoria Zênite adota o mesmo entendimento:

Conclui-se, assim, que não há possibilidade de a comissão de licitação habilitar, mesmo sob condição, licitante que, por qualquer motivo, deixar de apresentar dentro do envelope respectivo documentação exigida no ato convocatório da licitação. O descumprimento das exigências do edital, no tocante à troca ou inversão de documentos, implicará a sua inabilitação.

Jessé Torres Pereira Júnior vai pelo mesmo caminho:

"No caso do processo administrativo da licitação, cada licitante sabe, em face das exigências do edital, quais os documentos e informações que deverão estar nos respectivos envelopes. Não os trazer significa descumprir o edital, acarretando-lhe a inabilitação ou a desclassificação da proposta. A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com a exigência do edital. Daí a Comissão ou a autoridade superior sujeitar-se a recurso interponível pelo licitante que considerar abusiva a realização de diligência que abra oportunidade indevida a outro concorrente". (Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 3ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1995, p. 271.)

Outra obra que se pode citar é 'Licitação e Contrato Administrativo', 2ª edição, p. 252, de Luís Carlos Alcoforado:

A abertura antecipada da documentação e das propostas ou a revelação do seu conteúdo fora das oportunidades regulamentares ou fixadas pelo órgão julgador constitui violação do sigilo necessário, punível como crime pelo art. 94



TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Email: telastelar.cb@gmail.com comercial@telastelar.com.br
Tv. Armino Eitz, 945 – Bairro Quatro Colônias – Campo Bom – RS
Fone: 51.999562494/51.999245691 – CNPJ: 18.009.459/0001-11

da Lei 8.666, de 1993, e no âmbito administrativo ou na esfera judicial civil, dará ensejo à anulação do procedimento licitatório ou de seu julgamento.'

'Se houver inversão ou concomitância na abertura dos envelopes documentação e propostas, a licitação torna-se passível de invalidação, pois a habilitação dos licitantes há que anteceder, necessariamente, o julgamento de suas ofertas.'

Inclusive este é o entendimento do TCU, no Acórdão 395/1994-P, o licitante havia invertido os envelopes. A CPL abriu a proposta achando que era habilitação e inabilitou a empresa, sendo que o TCU entendeu que foi efetuado o procedimento correto.

Ainda em recurso a recorrente juntou documentos, tais como índices que deveriam ter apresentado nas declarações, já atacadas pelo ora peticionário, assim, estando confesso de que não entregou as declarações e nem apresentou os índices requisitados em edital, não merece prosperar as alegações da empresa recorrente. Nesta mesma banda, o § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93 estabelece que o pregoeiro, a comissão de licitação e/ou autoridade superior pode promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta** - grifo nosso.

Por fim, por não ter apresentado as declarações, a empresa recorrente não fez menção de ser ME ou EPP, logo, não pode valer-se do que preconiza a LC 123/06, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Isto posto e contrarrazoado, a empresa Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda requer que esta Comissão Permanente de Licitações conheça e processe a contrariedade recursal, de modo que seja negado provimento aos recursos administrativos promovidos pelas empresas **IBA Indústria de Acessórios para Galvanoplastia Ltda, 3P Projetos Ltda e J&S Fabricação de Artefatos de Metal Ltda.**

Nestes termos, Pede deferimento.
Campo Bom, 10 de março de 2023.


Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda
FERNANDA FLESCH TORRES

18.009.459/0001-11
**Telas Telar Pavimentação
e Terraplanagem LTDA.**
Rua TV Armino Eitz 945
Bairro Quatro Colônias
CEP 93700-000
CAMPO BOM - RS